

# O jogo da linguagem: o jornalismo reinventado nas práticas de educomunicação

BRUNO DE OLIVEIRA FERREIRA

## Introdução

Se há algumas décadas a mídia era representada por televisão, rádio, revista e jornal, meios pelos quais a sociedade tomava conhecimento das discursividades e as reproduzia no cotidiano, atualmente, por meio de aparelhos como celular e computador, qualquer indivíduo com acesso à internet pode produzir e receber informações. Trata-se de uma profunda mudança no âmbito da Comunicação, em que hoje a circulação de informação - graças à internet 2.0, que permite a interação dos sujeitos em espaços virtuais -, se dá em rede e de modo descentralizado. Essa vivência promove na sociedade uma nova forma de ser, estar, perceber e narrar o mundo, uma vez que a relação com o conhecimento, principalmente para a atual geração de jovens, implica relacionar-se com os recursos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

Nesse sentido, a apropriação do jornalismo como prática pedagógica com adolescentes tem sido uma maneira de aproveitar o interesse desses sujeitos por esses novos recursos, associando-os a uma proposta educativa que visa a formação crítica, a partir do paradigma da educomunicação, compreendido como

[...] o conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta for-

ma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas (SOARES, 2011, p. 36).

### **Jornalismo como prática educacional**

Educadores e professores recorrem às técnicas jornalísticas como estímulo para que seus educandos exerçam o papel de protagonistas em suas comunidades, pois uma vez que assumem o papel de comunicadores e passam a fotografar, entrevistar e interagir com os atores que compõem seu entorno social, desenvolvem outro olhar e atitude com relação a sua própria realidade, uma vez que esta aproximação pode despertar o questionamento sobre situações que, em muitas ocasiões, são naturalizadas pela sociedade, bem como a sensibilização e o engajamento para os problemas comunitários.

Nesse contexto, uma das intervenções de educomunicação que tem ganhado visibilidade é a cobertura em formato jornalístico de eventos realizada por adolescentes, processo mediado por educadores que possuem conhecimento dos processos e procedimentos da prática jornalística. “Cobertura colaborativa jovem”, “cobertura jornalística jovem”, “cobertura educacional” ou “educobertura” são nomes dados a esses processos pelos diferentes grupos ou entidades que os promovem. Nesse processo, adolescentes e jovens exercem seu direito à comunicação e interagem com seus pares e com adultos, por meio do uso da linguagem jornalística que contempla a entrevista, o relato de acontecimentos, a redação em formato de pirâmide invertida, entre outros procedimentos.

Essa prática é uma estratégia mediadora entre esses sujeitos e autoridades adultas – que talvez em outro contexto não se abrissem a esse diálogo –, uma estratégia comunicativa que equilibra um ecossistema desigual, por ser adultocêntrico, permitindo que esses diferentes atores se integrem em um sistema, por meio da entrevista. No âmbito da linguagem, trata-se de um processo de co-enunciação, em que a interlocução entre adolescente e autoridade adulta é ativada a partir da situação de cobertura, que aproxima esses sujeitos, mediando-os.

É na possibilidade do diálogo promovido por esse tipo de prática que adolescentes se inserem no campo da participação social e passam a agendar questões e elaborar em conjunto com outros atores, e a partir de suas particularidades, os caminhos que um grupo, uma comunidade ou até mesmo a sociedade deve percorrer coletivamente.

Isso pode ser ilustrado com um fato concreto: a cobertura em formato jornalístico feita por adolescentes da IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ocorreu em Brasília, em agosto de 2012, promovida pela ONG Viração. Na ocasião, duas

adolescentes que viviam em abrigos públicos no Estado do Piauí participaram desse processo como entrevistadoras e tiveram condição de entrevistar a então ministra dos Direitos Humanos sobre essa questão. Foi a partir das indagações e colocações das duas meninas que a autoridade pode rever deliberações realizadas no dia anterior, durante a própria conferência, a respeito da situação de abrigamento de adolescentes, pois considerou importante o ponto de vista apresentado pelas duas repórteres adolescentes<sup>1</sup>. Essa situação foi uma tentativa bem sucedida de gerar um lugar comum possível entre diferentes, uma vez que

dialogar é descobrir na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária do mundo. A palavra não é um mundo a parte, mas faz parte da práxis do homem: “a justiça é o direito à palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do “nós” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 33).

Num sentido mais amplo, podemos afirmar que a metodologia dessa cobertura, na perspectiva da educomunicação, tem como base o diálogo não apenas no sentido apresentado por Martín-Barbero, mas também como uma ação de busca por referências, uma vez que nessas ocasiões, muitas vezes pela primeira vez, adolescentes recorrem ao seu repertório midiático para fazerem as vezes de jornalistas, como num jogo de imitação.

É a partir desse processo dialógico de busca de referências para a elaboração de reportagens e entrevistas, bem como a partir do diálogo estabelecido com adultos como estratégia para embasar seus discursos jornalísticos é que a cobertura na perspectiva da educomunicação pode ser entendida como um jogo de linguagem.

## **Jogo e linguagem**

No contexto das coberturas em formato jornalístico realizadas no âmbito da prática de educomunicação com adolescentes, esses sujeitos ajustam seu modo de se expressar ao já conhecido modo de se expressar dos jornalistas, recorrendo a jargões ou chavões que, repetidos nos meios de comunicação, são internalizados pela sociedade e, por essa razão, podem ser repetidos, imitados.

---

1 Essa situação foi presenciada por este que escreve, quando atuou como educador dos adolescentes que participaram da cobertura da IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes, em 2012.

Trata-se de um jogo, em que a linguagem jornalística emerge em jovens comuns em razão do contexto específico da cobertura. No entanto, a apropriação de uma prática pelo jovem até então restrita a adultos é também uma maneira de transgredir uma linguagem adulta, resignificando-a. A prática da educomunicação reinventa o jornalismo ao empoderar o sujeito de uma nova linguagem. E passa a ser diferente ao jovem que a vivencia, nutrindo uma visão complexa e crítica a respeito de seus discursos e processos.

Intrínseco a toda prática cultural, o jogo é o espírito de uma ação. Imaterial, trata-se do elemento irracional que motiva a permanência no fazer. No entanto, o jogo não se trata (apenas) de distração descompromissada e sem propósito, mas, no âmbito da linguagem, é a articulação de repertórios em discursos em um novo contexto. É assim para quem vivencia uma cobertura de eventos orientada pelo paradigma da educomunicação, seja para adolescente participante desse processo como produtor de discursos e entrevistador, seja para o adulto entrevistado ou para os espectadores do processo e dos conteúdos produzidos nessa situação.

No âmbito das práticas de educomunicação, no entanto, o jornalismo enquanto jogo parece evidente, especialmente por conta do estranhamento de adolescentes exercerem papéis que, originalmente, não lhe são próprios, conforme explicitamos há pouco. Isso quer dizer que os enunciadores dos discursos têm um importante papel em sua legitimação. Os legítimos uso-frutuários do jornalismo enquanto formato discursivo não são adolescentes, mas adultos que se profissionalizam para exercer esse papel social e que, por essa razão, têm o direito de fazê-lo. Dessa maneira, compreendemos o discurso como voz de um enunciatador que tem um lugar social, lugar este que revela uma instância de poder e suas dinâmicas internas (Foucault, 2014).

Em se tratando do universo juvenil e do direito à livre expressão desse grupo social, observamos que o adulto, ao restringir a participação social aos seus pares, é um sujeito que goza de poder. Sendo o único a ter espaço para discutir, deliberar e formular propostas, exclui crianças e adolescentes dos processos democráticos. Ao afirmar que a criança e o adolescente representam o futuro – não o presente –, ergue barreiras à expressão infanto-juvenil, e a liberdade de expressão converte-se em privilégio pela condição de ser adulto, único a exercer o direito à opinião e à construção do conhecimento e do saber. Assim,

a linguagem, mais do que instrumento de comunicação, tende a ser vista como saída política para a busca de alternativas consertadas entre partes não necessariamente confluentes em seus interesses pessoais e coletivos. Partidos, sindicatos, corporações e grupos de pressão devem

exercer as suas forças nos limites dados pelos diálogos racionalmente orientados [...]. O discurso é, pois, instância administrativa dos conflitos, já que eles não desaparecem do mundo da vida. E isto requisita, da parte dos interlocutores, a construção de roteiros argumentativos sustentáveis e passíveis de resistirem à força do contraditório (CITELLI, 2006, pp. 19-20).

A detenção desse privilégio oculta a pluralidade de vozes sociais, negando versões e pontos de vista do mundo. Dessa maneira, compreendemos que as práticas de educomunicação representam uma maneira de contra-dizer o mundo, uma vez que abre espaço à expressão da criança e do adolescente quando os apropria dos recursos de comunicação e das técnicas jornalísticas.

Emerge, assim, uma nova linguagem, possibilitada pelo contexto da centralidade da comunicação na sociedade contemporânea, marcada pelo intenso uso dos recursos tecnológicos e da internet, que é a própria educomunicação, em que o adolescente é o enunciador do mundo e, por essa razão, o protagonista nesse contexto, a partir da apropriação da (sub) linguagem jornalística. Mas a prática da educomunicação que empodera adolescentes das técnicas jornalísticas não é jornalismo, uma vez que as técnicas são postas em prática por outro enunciador: o adolescente. Nesse sentido, a cobertura educamunicativa tampouco pode ser reduzida a expressão espontânea juvenil, pois há a apropriação de uma técnica, há a performance, a encenação do “fazer-se de” jornalista. Trata-se de um novo uso e um novo contexto para o jornalismo e para a expressão juvenil. Trata-se de interface, portanto, que se faz na mediação entre jornalismo e liberdade de expressão juvenil.

Nas palavras de Citelli,

É participando dos jogos, ou seja, aprendendo a linguagem ordinária, ou as sublinguagens, em seus múltiplos arranjos, conforme praticado pelos “mestres da técnica”, que se torna possível construir roteiros de comunicação. Segundo Michel de Certeau, a “voz cosmológica” que organizou a experiência não pode ser mais ouvida, afinal “os deuses quedaram mudos”, motivo pelo qual a busca da verdade passa a ser o resultado de uma construção social, dos diversos percursos afeitos aos fazeres. Eis o motivo de a linguagem ter que se reconstruir permanentemente, não estando em seu percurso a estabilidade, as regras permanentes (afora aquelas instruídas de maneira tênue, por exemplo,

pelos “regras restritas” das sublinguagens) ou o consenso universalizado (CITELLI, 2006, p. 17).

## Considerações finais

Aplicado a um processo educativo que visa a aproximação do adolescente da autoridade adulta, o jornalismo converte-se em educomunicação, que, além de interface, trata-se de uma linguagem em que o adolescente é o enunciador, produtor de um discurso próprio, que mesmo em formato jornalístico, não se constrói em um processo essencialmente jornalístico. Em outras palavras, o adolescente se expressa nesse formato em um contexto educativo e emancipador, ao contrário do jornalista, que o faz num contexto profissional.

Assim, o jornalismo, enquanto sublinguagem, ao ser utilizado como estratégia mediadora no contexto de um processo formativo, reinventa-se, emergindo como educomunicação, dotada de sentido próprio. Trata-se de um processo livre e vivo, em que a linguagem transmuta-se em suas dinâmicas internas, tendo o adolescente como seu (re)articulador, como um sujeito, portanto, no exercício de um direito humano.

## Referências bibliográficas

CITELLI, Adilson. Comunicação e linguagem: diálogo, trânsitos e interditos. In: **Revista Matrizes**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da ECA/USP. Ano 2. n.1. São Paulo, ECA/USP, 2006, p. 13-30.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª ed. São Paulo, Loyola, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo, Contexto, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo, Paulinas, 2011.